

A pesquisa em psicanálise entre a ciência normal e a revolução científica

Luís Flávio S. Couto

Resumo: Pretende-se apontar, baseando-se em distinções de Thomas Kuhn, duas vertentes de pesquisa em psicanálise: a revolucionária, elaborada por poucos pensadores, capaz de transformar a teoria, e a normal, vinculada a conceitos já estabelecidos, de finalidade apenas esclarecedora.

Para os cientistas, ainda hoje, os procedimentos corretos para a construção de uma teoria científica são, entre outros, a observação em geral, a coleta de dados, a proposição de uma hipótese e a sua verificação através das experimentações. Porém, a partir das críticas feitas por Karl Popper (1902-), iniciou-se um processo de questionamento das formas de se caracterizar a ciência, que vem atingindo a lógica e a construção do conhecimento científico. Entre os autores que trabalham nessa vertente de renovação, denominada de *nova filosofia da ciência*, encontra-se Thomas Kuhn (1922-), professor no M.I.T. e autor de *A Estrutura das revoluções científicas*.

Neste artigo, pretende-se apresentar a distinção feita por ele

entre a chamada *ciência normal*, baseada em um paradigma aceito, e a *revolução científica*, produzida quando a multiplicidade de anomalias detectadas na ciência normal desarticula-a, tornando inviável a sua própria manutenção. Pretende-se, também, tentar uma aproximação entre essas duas vertentes científicas e o trabalho de pesquisa em Psicanálise, que tanto pode estar vinculado à primeira delas, de simples finalidade esclarecedora dos conceitos já estabelecidos, quanto aos *revolucionários*, elaborados por poucos pensadores, e capazes de transformar a teoria, produzindo uma mudança no paradigma até então dominante.

Em princípio, Thomas Kuhn (1922-) não discorda de Popper quanto ao procedimento dos cientistas. É certo que um cientista submete repetidamente um enunciado ou uma hipótese a testes sistemáticos para comprovação dessa hipótese. Ele pode, por exemplo, conjecturar que uma determinada substância química desconhecida contém o sal de um solo raro. O passo seguinte visa, realmente, provar ou testar essa hipótese ou conjectura. Se ela passar em testes minuciosos e suficientes, o cientista fez uma descoberta ou, ao menos, resolveu o enigma que se propusera resolver. Se não, deve abandoná-lo ou tentar resolvê-lo com a ajuda de outras hipóteses.

Testes desse gênero são componentes habituais da investigação científica e fazem parte daquilo que Kuhn chamou de "ciência normal" ou "investigação normal". Esses empreendimentos constituem a esmagadora maioria dos trabalhos realizados em ciência básica. Tais procedimentos, no entanto, não têm o objetivo de questionar ou de investigar a própria teoria na qual estão inseridos. Pelo contrário, quando um cientista, está empenhado num problema de investigação normal, ele aceita como pressuposto básico a teoria na qual trabalha. O objetivo é resolver um enigma que outros não conseguiram resolver dentro daquelas premissas das quais parte. O que se testa é, habitualmente, a conjectura par-

ticular do cientista, e não a própria teoria, ou, como diz Kuhn, o “corpo da ciência vulgar”.¹

Em relação a esse assunto, Karl Popper considera que esse tipo de teste não faz a ciência avançar. O que produz o avanço da ciência não é a acumulação de testes como os descritos aqui, mas a derrubada revolucionária de uma teoria aceita e a sua substituição por uma melhor - comprovando-se a falsidade de uma hipótese básica estabelecida. Para Kuhn, ao contrário, o empreendimento científico como um todo não pode ser caracterizado em termos que se aplicam apenas às suas partes ocasionalmente revolucionárias; a investigação não pode se dar apenas através das revoluções que produz ocasionalmente.

Os profissionais, como afirma Kuhn, são educados para a prática normal da ciência, e não para a extraordinária, para as falsificações sistemáticas. O ponto relevante dessa discussão é que, ao se dar uma olhada cuidadosa para o empreendimento científico, o que se vai encontrar é a ciência normal, a prática diária do teste das variáveis. É o ramerrão do dia-a-dia do laboratório, e não a ciência extraordinária, que permite distinguir com maior clareza a ciência de um outro procedimento qualquer. Se existe um critério de demarcação entre o que é ciência e o que é uma pseudociência², — não exatamente um critério rotundo ou decisivo, ele pode estar, precisamente, nessa rotina da das práticas científicas do dia-a-dia.

Tais comentários não devem fazer supor que não exista a derrubada revolucionária de uma teoria aceita. Pelo contrário, as confrontações de Galileu com os aristotélicos podem fornecer os indicativos de que, na ciência, as revoluções existem. A ciência, em seus primórdios, constituiu-se pela adoção de uma metodologia que rompeu com os pressupostos anteriormente estabelecidos.

1 KUHN. *A tensão essencial*. Cap. 11, p. 330.

2 Cf. POPPER. *Conjecturas e refutações*. *Conjecturas*, Cap. 1, p. 63.

Nesse sentido, podemos dizer que Galileu assume posicionamentos que não estavam previstos nas práticas e nas maneiras habituais de se pensar a realidade de sua época. Mas, mais do que isso, o que a estruturação científica em Galileu vem mostrar é que, em seus primórdios, a ciência se constituiu muito mais como um campo geral de fermentação de idéias do que como o estabelecimento de princípios firmes estáveis e imutáveis. Se Galileu tivesse se submetido às “regras metodológicas” aceitas e recomendadas para o “pensar corretamente”, isto é, se ele se tivesse atido à confiança insuspeita nos sentidos, ele jamais teria compreendido que a realidade provém da ordenação racional do real e que é na razão que se encontra o próprio fundamento, tanto dos sentidos, quanto da experiência.

Com isso, não se pretende dizer que, em uma ciência constituída, as regras metodológicas que a sustentam devam ser violadas sistematicamente para a elaboração de quaisquer experimentos. Não é assim; para que um campo científico possa se constituir e continuar a exercer um papel relevante, deve possuir um grau elevado de coerência interna; as regras que regem o arcabouço teórico de qualquer campo científico institucionalizado não só precisam como devem seguir parâmetros e regulamentos previamente estabelecidos e combinados. Em relação às características de uma boa teoria científica, Kuhn afirma:

Em primeiro lugar, uma teoria deve ser exacta: quer dizer, no seu domínio, as consequências dedutíveis de uma teoria devem estar em concordância demonstrada com os resultados das experimentações e observações existentes. Em segundo lugar, uma teoria deve ser consistente, não só internamente ou com ela própria, mas também com outras teorias correntemente aceites e aplicáveis a aspectos relacionados da natureza. Terceiro, deve ter um longo alcance: em particular, as consequências de uma teoria devem esten-

der-se muito além das observações, leis ou subteorias particulares, para as quais ela estava projectada em princípio. Quarto, e relacionado de perto com o anterior, deve ser simples, ordenando fenômenos que, sem ela, seriam individualmente isolados e, em conjunto, seriam confusos. Quinto [...], uma teoria deve ser fecunda quanto a novas descobertas de investigação: deve desvendar novos fenômenos ou relações anteriormente não verificadas entre fenômenos já conhecidos.³

Essas cinco características são, todas elas, critérios padronizados para a avaliação da adequação de uma teoria. Em relação a elas, Kuhn afirma concordar inteiramente com a visão tradicional de que elas desempenham um papel, quando os cientistas têm de escolher entre uma teoria estabelecida e uma rival recente. Juntamente com outras características do mesmo gênero, elas fornecem a base partilhada para a escolha teórica. Em relação ao último critério, o da fecundidade, parece que deveria merecer uma ênfase maior do que vem recebendo. Um cientista, ao escolher entre duas teorias, sabe, habitualmente, que a sua decisão terá uma relação com a seqüência da sua carreira de investigação. Naturalmente, está especialmente atraído por uma teoria que promete os êxitos concretos pelos quais os cientistas são, em geral, recompensados.

Mas, em situações extremas, isto é, em momentos de “revolução científica”, tais critérios são postos de lado e, sistematicamente, violados, sendo esse o procedimento adotado por aqueles poucos indivíduos geniais que estabelecem um novo campo do saber, uma nova “matriz disciplinar”.⁴

Assim, considera-se importante a necessidade de que se pes-

3 KUHN. *A tensão essencial*. Cap. 13, p. 385.

4 Cf. Idem. *A estrutura das revoluções científicas*. Cf. tb. Idem. *Reconsiderações acerca dos paradigmas*. In: *A tensão essencial*. p. 358.

quise a coerência interna e o acerto de uma hipótese ou de uma teoria intuída, mas tal deve se dar dentro dos padrões de fatos estabelecidos pela própria teoria. Se o julgamento partir de um outro ponto de vista, ou de uma teoria anteriormente considerada, muito dificilmente o observador vai conseguir concordar com o ponto de vista revolucionário. Para que se possa compreender o fenômeno tal como observado pelo novo enfoque, há que se vê-lo sob esse novo enfoque, tomando-se uma atitude de identificação com o prisma sob o qual ele foi construído.

É necessária uma espécie de conversão interior, ou de uma espécie de empatia pela nova idéia para se adaptar aos próprios signos utilizados pelo novo enfoque que são, muitas vezes, os mesmos utilizados pela "matriz" anterior. Um bom auxílio para que se consiga uma certa objetividade da análise crítica é a utilização de outras disciplinas paralelas ou relacionadas com a ciência que se quer analisar. Essas outras disciplinas podem ajudar numa tomada de decisão frente à possibilidade de validação de alguma hipótese, servindo, às vezes, até mesmo de divisor de águas para essa decisão. A paleontologia, por exemplo, tem sido muito auxiliada pela físico-química; o estudo das conversões regulares de um isótopo de potássio em isótopo de gás argônio deram a base científica para a determinação da idade das cinzas provenientes da erupção de um vulcão com um grau de certeza bastante confiável, etc. Atualmente, os ossos fósseis encontrados em camadas de cinzas vulcânicas podem ter a sua idade registrada com um ótimo grau de certeza.

Em todo caso, para que um novo conhecimento ou uma nova proposição revolucionária seja considerada científica, a hipótese básica deve ser testada segundo os procedimentos da ciência normal, deve ser passível de comprovação - mesmo que essa comprovação não seja empírica no sentido estrito do termo, ou de execução imediata, sem o que o novo ponto de vista não poderá se con-

solidar como uma verdade científica. Será uma conjectura ou uma possibilidade, mas não a explicação científica de uma relação causal.

Retornando a Galileu, é evidente que não basta afirmar que é a Terra que gira; é fundamental encontrar as provas que sustentem tal assertiva. No caso de elas não poderem ser apresentadas de imediato, entretanto, isso não é motivo suficiente para que o novo ponto de vista revolucionário seja sumariamente rejeitado como inadmissível ou errado. Verificações e validações, sejam elas empíricas ou não, poderiam ser buscadas em áreas paralelas para o auxílio de uma tomada de decisão quanto à probabilidade de acerto das hipóteses; demonstrações lógicas poderiam vir em seu auxílio e até argumentos jurídicos do tipo *in dubio pro reo* poderiam ser invocados até que as condições permitissem as avaliações de comprovação.

No caso específico da Psicanálise, partimos do pressuposto de que ela se estabelece como uma ruptura com as concepções até então correntes sobre a alma humana. Freud, ao propor a tese do inconsciente, separa-se das explicações correntes, seja da psicologia da época, seja das filosofias da reflexão, como em Dilthey (1833-1911). Embora encontremos no texto freudiano referências a Wilhelm Wundt (1832-1920) e a William James (1842-1910), não se pode dizer que as suas elaborações sejam tentativas de melhor esclarecer os conceitos ou as descobertas desses pesquisadores da psicologia.

Assim, se formos compreender a obra de Freud do ponto de vista de Kuhn, poderemos afirmar que se trata de uma revolução científica. O empreendimento de Freud não foi o da chamada "ciência normal" ou "investigação normal". Na medida em que ia estabelecendo as suas teses, Freud abria um novo campo de pesquisa. Se o objetivo de sua investigação visasse a validação, a confirmação, o esclarecimento do sentido, ou mesmo a refutação

de proposições já estabelecidas, poderíamos dizer que ele estaria inserido na prática da ciência normal, e não na promoção de uma revolução científica. Mas não foi esse o seu procedimento. Freud não aceitou as teorias vigentes, questionando-as e buscando explicações de um ponto de vista outro, diferente das premissas anteriores. Não testou uma conjectura particular de uma determinada teoria, e assim não se pode dizer que estaria inserido numa determinada concepção de uma ciência já estabelecida, como a neurologia, ou a psiquiatria. O que ele elabora rompe com o fazer cotidiano dessas ciências, estabelecendo um novo objeto de estudo, o inconsciente.

Mas, ainda com Kuhn, podemos dizer que o procedimento revolucionário não é a única forma de se pesquisar e nem que o único procedimento científico válido seja a derrubada revolucionária de determinadas proposições aceitas e a sua substituição por outra melhor. Como vimos, o empreendimento científico não pode ser caracterizado apenas pelas revoluções que produz ocasionalmente. Os pesquisadores são educados para a prática normal da ciência, e não para as grandes descobertas revolucionárias que, ocasionalmente, ocorrem. Em psicanálise, o que caracterizam os procedimentos de investigação de um ponto de vista da chamada ciência normal seria a elucidação de proposições já estabelecidas. Assim, o lento trabalho de pesquisa conceitual elaborado por um aluno de faculdade, ou a tentativa de compreensão de uma produção de determinado cliente à luz da teoria, pode ser considerado uma pesquisa legítima.

No primeiro caso, o trabalho pode ir de uma simples pesquisa bibliográfica voltada para a execução de um rol de textos onde o conceito poderia ser localizado, até a elaboração de uma pesquisa conceitual, na qual, além de esclarecimentos sobre o ponto de vista do autor, apresenta-se ainda um grau ótimo de originalidade interpretativa. O objetivo principal é o de apresentar, através do có-

digo linguístico, um objeto, um procedimento, um conceito ou uma idéia, explicados através de uma concatenação lógica que possibilite a melhor compreensão pública da coisa descrita. No segundo, a reflexão não visa, em princípio, a elaboração de um trabalho teórico, mas a tentativa de compreensão de determinada produção clínica. Esse procedimento é efetuado, visando mais a compreensão privada de uma produção específica para uma melhor direção da cura. Em ambos os casos, entretanto, não se pretende questionar as premissas a partir das quais a teoria foi construída, nem produzir uma análise crítica das premissas teóricas, mas o trabalho está direcionado a um resultado. Aqui, não se questiona a verdade do fundamento teórico, mas a adequação do que se pretende com aquelas premissas, tomadas, *a priori* por verdadeiras. Nesse sentido, a conclusão vai depender da correta relação dedutiva com as premissas aceitas, somente podendo se justificar dentro do sistema particular no qual o raciocínio foi elaborado.

Se, por outro lado, a pesquisa conduzir a uma ruptura com o estabelecido, pode-se perguntar se não estaríamos aqui no âmbito de uma revolução científica. Na psicanálise, em relação ao estabelecimento de procedimentos normais ou revolucionários, podemos nos questionar quanto às teorias de Melanie Klein ou Jacques Lacan. Mas, quanto a Freud, não temos dúvidas de sua originalidade revolucionária.

Em relação à verificação da teoria psicanalítica, vários procedimentos estão sendo tentados. Alguns centros de pesquisa norte-americanos, como o Penn Psychotherapy Research Group da Universidade da Pensilvânia, o Cornell Medical Center do New York Hospital e o Mount Zoin Hospital, por exemplo⁵; tomando a psi-

5 Cf. LAURENT, Éric. Estado, Sociedade, Psicanálise. In: *Opção Lacaniana*. p. 13 (v.12)

canálise por um procedimento empírico, procuram a validação/objetiva da teoria através de procedimentos de codificação de uma variável interveniente (a CCRTM - Core Conflitual Relationship Theme Method) capaz de isolamento e repetições sistemáticas.

Habermas⁶, por seu turno, considerando, do ponto de vista da hermenêutica, a psicanálise como a ciência do exercício da auto-reflexão, afirma que as interpretações psicanalíticas, tomadas em sentido genérico-universal, somente podem ser verificadas se obedecerem às regras que são adequadas à situação em exame, como, por exemplo, aquelas regras imanentes à própria situação psicanalítica, tais como a "rememoração" e a "anuência" do paciente. Quem, pelo contrário, reclamar que interpretações genéricas devam ser tratadas como interpretações filológicas de textos, ou como teorias universais, e, a partir de qualquer um desses dois pontos de vista, examinar as interpretações a serem verificadas por critérios exteriores a elas, sejam esses critérios os dos jogos de linguagem em vigência, ou das observações controladas, coloque-se "de saída", no dizer de Habermas,⁷ fora da dimensão da auto-reflexão, único domínio no qual, segundo ele, os enunciados psicanalíticos podem fazer sentido.

Há, finalmente, aqueles que consideram, como Éric Laurent⁸, a psicanálise de um ponto de vista da perspectiva realista. Tal perspectiva opõe-se, ponto por ponto, àquela empirista. Para ele, não se trata de recuar diante de uma pretensa violação da singularidade operada por mensurações universais, mas de designar os seus limites. As verificações empiristas não são capazes de atingir os destinos do fantasma numa psicanálise. Se os empiristas afir-

6 Cf. HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. III, 10 e 11 p. 233-287.

7 Idem, *Ibidem*, p. 284.

8 Cf. LAURENT, Éric. *Ibidem*, p. 14.

mam o estabelecimento de hipóteses testáveis, os realistas afirmam a psicanálise como uma “experiência mental” por excelência, podendo ser provada apenas ao ser levada a efeito. A questão é a seguinte: “é ou não verdadeiro que se possa descobrir o novo, numa psicanálise em ato”? Para Laurent, a psicanálise, como certos procedimentos matemáticos infinitos, desafia a medida e os registros empíricos. Esse infinito, entretanto, pode ser atual, pode ser manuseado. É essa a aposta de Lacan na experiência e nos dispositivos do passe. Com isso, talvez seja possível afirmar a especificidade da proposta realista de Lacan frente às verificações empíricas do mundo anglo-saxão. Se cabe, ou não, a nós persuadirmos aqueles que querem nos escutar da pertinência de tal posicionamento, ou de nos fazermos compreender pelos outros, é uma questão em aberto.

Pelo sim, pelo não, apontam-se, aqui, vertentes diferenciadas da pesquisa e da verificação em psicanálise que se abrem à nossa discussão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1982.
- 2 KUHN, Thomas. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70. 1989.
- 3 KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1978.
- 4 LAURENT, Éric. Estado, Sociedade, Psicanálise. In. *Opção Lacaniana*. São Paulo. v.12.p.11-20.
- 5 POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1972.